

5 Conclusão

Ao final desta pesquisa e redação, permanecem a sensação da amplitude da temática abordada e a consciência do valor pastoral e teológico dos pontos de reflexão trazidos ao debate. Permanece a certeza da contribuição para sistematizar o magistério social de João Paulo II, dirigido ao Brasil. Persiste também, o desafio de levar esta riqueza teológico-pastoral para as comunidades eclesiais, para que elas possam discernir, à luz dos ensinamentos de um Papa tão atual, as práticas pastorais mais adequadas para as realidades locais. Fica, ainda, um misto de encantamento e preocupação; encantamento, pela beleza da fé e da convicção de um homem santo, expressos em palavras e ações junto ao povo de Deus; preocupação, pela consciência sobre o muito que ainda precisa ser feito, para que os cristãos atinjam a compreensão religiosa e moral de sua missão no mundo.

A amplitude da temática abordada foi fruto de uma escolha metodológica e também pastoral. Metodológica, porque os mesmos fins poderiam ser buscados por meio de outros caminhos. Pastoral, porque é impossível fazer teologia, no sentido exato do termo, sem vínculo com uma convicção pessoal. Nossa escolha já contemplava, implicitamente, a necessidade de elaborar uma longa descrição e de concluir a pesquisa com uma reflexão mais modesta, se comparada à vastidão dos elementos teóricos descritos. A escolha contemplava também o desejo pastoral de apontar as linhas sistêmicas do conjunto do magistério social de João Paulo ao Brasil, capazes de lançar luzes sobre a prática pastoral da Igreja. Em outros termos, a grandeza do objeto material da pesquisa não permitia muitas alternativas, para se estabelecer o discurso teológico, em vista da sistematização geral dos ensinamentos pesquisados. Assim sendo, a escolha caiu sobre a reflexão a partir de tópicos selecionados, com critérios científicos, à luz da doutrina social da Igreja. Ao final do processo, ficou a sensação do cumprimento do que era possível dentro dos objetivos propostos.

Ao final da redação, fica o sentimento de que a satisfação pastoral vem em auxílio da realização científica. A possibilidade de ver, em sua amplitude, uma

face dos ensinamentos de um pontificado de mais de um quarto de século, reelaborada e trazida à reflexão e à prática, em um só texto, se não soluciona, ameniza os limites que o resultado da pesquisa, por ventura, possa conter. É bom ressaltar, que o contexto e os textos pesquisados são, antes de tudo, pastorais e, só depois, teológicos. Em todos os discursos, homilias e mensagens estudadas, João Paulo II é, antes de tudo, pastor, e, só depois, teólogo. Suas constatações e seus apontamentos de diretrizes e princípios superam, sobremaneira, suas argumentações e reflexões teológicas. Entretanto, a permanência no âmbito pastoral não leva o Papa, em momento algum, a cair na tentação de oferecer respostas técnicas para as questões. Ao contrário, em vários momentos, ele se preocupa em deixar claro que essa não é a missão do pastor. Cabe ao pastor contribuir para formar as consciências em nível religioso e moral, acompanhar e animar na fé aqueles que se dedicam à missão nos campos social, político e econômico. Cabe ao pastor ensinar que a prática eclesial se fundamenta e ganha sentido enquanto prática da fé.

Em última análise, em suas grandes linhas sistemáticas, o magistério social do Papa João Paulo II em seus pronunciamentos ao Brasil, se destaca pela defesa da fé como fundamento e motivação para o agir cristão no mundo. Destaca-se também, pela insistência sobre a primordialidade do anúncio do evangelho da salvação na missão da Igreja, como instrumento privilegiado de transformação da realidade. Destaca-se, ainda, pela proposição de uma resposta religiosa e moral aos problemas sociais, uma vez que, com esse Papa, a doutrina social da Igreja se afirma como parte da teologia moral. Destaca-se, por fim, pela preocupação em propor diretrizes para o agir dos ministros ordenados, dos religiosos, dos leigos, e dos homens e mulheres que exercem funções políticas, judiciais, educacionais e econômicas.

A eclesiologia subjacente, no ensino social do Papa, é a de uma Igreja obra da vontade salvífica de Deus, chamada a conhecer sua identidade e a ser fiel a sua missão primeira, que é anunciar o evangelho e praticar a fé. É, também, a de uma Igreja consciente da realidade social, política e econômica, encarnada nesta realidade, capaz de definir sua missão a partir de sua concepção teológica e de seu caráter escatológico, sem desprezar o auxílio de outras ciências, mas evitando a influência das ideologias. É, ainda, a de uma Igreja Povo de Deus, formada por uma variedade de membros que atuam na mesma direção, guiados pelos mesmos

objetivos, embora em frentes de batalha e em obras historicamente diferentes, cada um agindo de acordo com sua vocação específica.

Trata-se de um magistério social que não objetiva, em primeiro lugar, dar respostas teóricas aos dramas vividos pelas realidades social, política e econômica, mas sim, apresentar o caminho da conversão pessoal, fruto da escuta da Palavra, como estrada segura que leva a uma sociedade, a uma política e a uma economia mais dignas do homem. João Paulo II mostra-se interessado em apontar os princípios religiosos e morais norteadores da ação da Igreja, dos membros da Igreja e de todos os envolvidos na trama social. O Papa não tem dúvida sobre a melhor forma para construir um mundo novo, mais digno do homem: a mudança dos corações. Essa mudança nos corações envolve características escatológicas e éticas e é possibilitada, sobremaneira, pelo anúncio e pela escuta da Palavra de salvação.

Ao defender a conversão pessoal como caminho para o mundo novo, o Papa não despreza a importância da mudança das estruturas sociais, políticas e econômicas injustas. O Papa, unicamente, leva a crer e a entender, que nenhuma mudança nas estruturas, por mais que essas possam parecer necessárias ou racionais, se solidifica e permanece sem a transformação dos corações. Como já nos ensina o evangelho, “ninguém põe vinho novo em odres velhos; caso contrário, o vinho estourará os odres, e tanto o vinho como os odres ficam inutilizados. Mas, vinho novo em odres novos!” (Mc 2,22). O ideal proposto, nas grandes linhas do ensinamento de João Paulo II, é o de não atropelar o processo, ou seja, nunca cair na tentação de querer mudar as estruturas sem antes, ou ao mesmo tempo, provocar as melhorias necessárias na esfera dos valores religiosos, morais, humanos e educacionais das pessoas envolvidas. Isto significa e supõe uma clara opção pela cultura em geral, desde a cultura religiosa e humana até a cultura escolar básica.

O magistério social de João Paulo II, dirigido ao Brasil, é fiel à Tradição da Igreja Católica. É um magistério dotado de cunho cristológico, comprometido com a defesa integral da vida humana e voltado para objetivos pastorais. É um ensinamento que parte de uma concepção antropológica: o personalismo tomista, que considera o homem como criatura de Deus e ser social. É um magistério, que privilegia o horizonte transcendente e o fim último do ser humano. É um conjunto de ensinamentos destinados a apresentar diretrizes religiosas e éticas, que ajudem

na percepção das ameaças à vida humana e na defesa e promoção da pessoa humana. É um magistério de um pastor desejoso que suas ovelhas estejam conscientes de sua missão. Note-se seu incentivo a todos os que já vivem alguns aspectos de seus ensinamentos, para que colaborem na transformação da sociedade, a fim de que esta seja mais digna do ser humano. Para o Papa, toda a missão realizada pelos cristãos, mesmo aquela que, aparentemente, se restringe ao campo da promoção humana, é, em última instância, realizada em vista da salvação eterna, da plena libertação dos homens. Sob este aspecto, o Papa parece assumir, em seu sentido mais radical, aquela expressão do apóstolo Paulo: “a figura deste mundo passa” (1Cor 7,31b). Quem sabe, queira até mesmo assumir a clássica afirmação do Bispo de Hipona: “fizeste-nos, Senhor, para ti, e o nosso coração andará inquieto enquanto não descansar em ti” (Santo Agostinho, 1997, p.5).

Em seu magistério social junto ao povo brasileiro, João Paulo II manifesta profunda comunhão com a Sagrada Escritura, com a tradição conciliar da Igreja, com seus antecessores no pontificado e com seus irmãos no episcopado da América Latina. A sagrada Escritura é seu ponto de partida e seu instrumento de avaliação da realidade. Seus argumentos são, em vários pontos, apelos ao conhecimento e à prática dos ensinamentos do Concílio Vaticano II e da doutrina social da Igreja. As conclusões pastorais do Concílio Vaticano II definem as linhas gerais dos ensinamentos do Papa. As encíclicas de João XXIII e de Paulo VI atuam como instrumentos de apoio nas escolhas, na fundamentação e na argumentação de João Paulo II. Os documentos do CELAM são re-interpretados pelo Papa, que acentua, a partir deles, as dimensões escatológicas das práticas pastorais cristãs na ordem temporal. O magistério pontifício, enquanto obra, sobretudo, de um pastor, consiste em interpretar – sem se deixar influenciar pelas ideologias sociopolíticas e econômicas – os grandes princípios da Sagrada Escritura, da tradição teológica do Vaticano II, de João XXIII, de Paulo VI e das Conferências Episcopais Latinoamericanas. A preocupação do Papa não consiste em inovar a proposta de ação cristã na ordem temporal, mas em atualizar a interpretação dos ensinamentos sociais da Igreja e em corrigir alguns desvios, ocasionados, sobretudo, por leituras meramente ideológicas do Magistério da Igreja. De acordo com o Papa, a interpretação puramente ideológica da expressão

opção preferencial pelos pobres foi o exemplo clássico deste desvio, que levou ao risco de uma prática eclesial reducionista, pouco fundamentada na fé em Deus.

As palavras do Papa, quer durante suas visitas ao Brasil, quer por ocasião das visitas *ad limina* dos bispos do Brasil, ou em outras manifestações pontifícias, mantêm uma constante tonalidade escatológica. O Sumo Pontífice imprime um tom transcendente em seus discursos, homilias e mensagens. Este caráter transcendente aparece, sobremaneira, na visão antropológica cristã, a qual o Papa recorre, e que ele propõe com muita frequência. Deus aparece como a primeira necessidade humana e, conseqüentemente, o anúncio e a busca de Deus assumem lugar central na missão da Igreja, mesmo em sua pastoral social. Esta linha de reflexão livra o Papa da preocupação exclusiva em dar respostas aos problemas locais. Em todas as suas colocações, o Papa mostra ter consciência da realidade religiosa e social de seus ouvintes, mas não faz disso seu itinerário de reflexão, opta sempre pela proposição da Palavra de Deus interpretada pelo Magistério da Igreja. O Papa se restringe à apresentação dos grandes princípios que devem nortear a missão da Igreja, em vista da salvação. João Paulo II acredita que, ao iluminarem as realidades com o autêntico ensinamento da Igreja, as comunidades locais terão mais segurança e clareza, para encontrar as respostas pastorais adequadas a seus desafios particulares. Este modo de proceder do Papa também derruba os argumentos dos críticos, que querem apresentar, de modo pejorativo, seu pontificado como uma espécie de pastoreio universal, capaz de limitar o protagonismo das Igrejas locais e de reduzir o campo de ação dos bispos. O magistério do Papa não abarca a missão dos atores religiosos da Igreja local, apenas potencializa suas iniciativas e missão.

A defesa da vida humana é outro fator muito presente no magistério social do Papa. O homem, visto como pessoa, desde o momento da concepção, em sua integralidade, e considerado em sua relação com o transcendente, encontra-se sempre no centro das preocupações de João Paulo II, mas sem ocupar o lugar que cabe a Deus. O ensino social do Papa apresenta, ainda, os grandes princípios, os ambientes privilegiados e as diretrizes de ação para a defesa da vida humana em sociedade. A defesa da vida se impõe como uma tarefa prioritária. O primeiro caminho privilegiado para se defender a vida é o da defesa e da consciência da dignidade de todos os homens e mulheres; o segundo é o da defesa, tutela e promoção da família, como instituição superior às demais instituições sociais; o

terceiro é o da prática dos outros princípios da doutrina social da Igreja: bem comum, solidariedade, subsidiariedade; o quarto é o da acolhida de alguns valores inegociáveis: justiça, caridade, liberdade e verdade.

Os objetivos pastorais também assumem uma grandeza digna de destaque nas palavras do Papa. O Sumo Pontífice não se cansa de repetir, que seus ensinamentos sobre a pastoral social não querem nem podem fazer esquecer, que a missão específica e originária da Igreja é de ordem religiosa, moral e escatológica. Mesmo durante a ação pastoral, na ordem temporal, a Igreja não pode perder de vista a ordem dada pelo Senhor Jesus aos seus apóstolos: *Ide pelo mundo inteiro e anunciai o evangelho a toda a criatura. Quem crer e for batizado será salvo; quem não crer será condenado* (Mc 16,15-16). Consciente disso, o Papa adverte a Igreja, para não confundir sua missão com o trabalho das entidades filantrópicas nem com a ação da comunidade política. O fundamento do trabalho da Igreja é a teologia e não a ideologia. O objetivo primeiro da pastoral da Igreja, também no campo social, é a salvação eterna e não a filantropia. O instrumento de análise da realidade, utilizado pela Igreja, é, antes de tudo, a Sagrada Escritura, interpretada pelo seu Magistério Social, e não as categorias sociais, políticas e econômicas. Em suma, a pastoral social da Igreja é fundamentada e motivada pela fé em Deus salvador.

A fé a ser colocada em ação, proposta nas entrelinhas do magistério social do Papa João Paulo II, apresenta-se em múltiplas tonalidades. Os destaques desta fé, que fundamenta e motiva os trabalhos no mundo, são: fé na Palavra de Deus Encarnada, que não deixa dúvidas sobre o caráter religioso e transcendental da missão da Igreja junto a todas as classes sociais, pessoas e instituições; fé na Igreja, fruto da vontade de Deus e vocacionada ao anúncio do Reino de Deus; fé no poder do anúncio, para operar a conversão e auxiliar nas necessárias mudanças sociais; fé na dimensão escatológica da pessoa humana, que a faz dotada de dignidade. Fé na família, como instituição de caráter elevado e centro da defesa da vida; fé na vitória do amor sobre o ódio; fé na razoabilidade do caráter universal dos princípios morais; fé no chamado que Deus faz a cada fiel, a cada pessoa de boa vontade, e fé nas responsabilidades específicas que pesam sobre cada ator social e religioso; fé no caráter sagrado do ministério sacerdotal; fé na conversão e na educação – religiosa, humana, escolar – como motores da construção da ordem social querida por Deus Criador e Salvador e digna do homem.